



Diário Oficial

Poder Legislativo

2ª Sessão Legislativa
da 11ª Legislatura

ANO XLII

RIO BRANCO - AC, 17 DE NOVEMBRO DE 2004

N.º 3372

MESA DIRETORA

Presidente: Sérgio Oliveira
1º Secretário: Ronald Polanco
2º Secretário: Moisés Diniz
3º Secretário: Francisco Viga
4º Secretário: Delorgem Campos

ÍNDICE

ATOS DA MESA DIRETORA	Pág. 2
ATOS DO PRIMEIRO SECRETÁRIO	Pág. 5
ATOS DO SECRETÁRIO EXECUTIVO	Pág. 5
EXPEDIENTE	Pág. 7
PEQUENO EXPEDIENTE	Pág. 7
GRANDE EXPEDIENTE	Pág. 9
ORDEM DO DIA	Pág. 12
EXPLICAÇÃO PESSOAL	Pág. 13
DIVERSOS	Pág. 14
CONTRACAPA	Pág. 16

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, PE. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO, TAUMATURGO LIMA, do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA, do BPM; DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS, do BSC; HÉLIO LOPES, NILSON AREAL, ROBERTO FILHO do BLT; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO, do PMDB; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA, do PSDB; JOSÉ VIEIRA, do PFL; JOSÉ BESTENE, do PP; LUIZ CALIXTO, do PDT; NOGUEIRA LIMA, do PSC; TARCÍSIO MEDEIROS, do PPS.

GABINETE DAS LIDERANÇAS

PT - Deputado Juarez Leitão
BPM - Deputado Elson Santiago
BSC - Deputado José Luis
BLT - Deputado Hélio Lopes
PMDB - Deputada Antônia Sales
PSDB - Deputado Luiz Gonzaga
PFL - Deputado José Vieira
PP - Deputado José Bestene
PDT - Deputado Luiz Calixto
PSC - Deputado Nogueira Lima
PPS - Deputado Tarcísio Medeiros
PTB - Deputado Roberto Filho
Líder do Governo - Deputado Edvaldo Magalhães

Atos da Mesa Diretora

RESOLUÇÃO N. 140 /2004

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Deputado **Helder Paiva**, integrante do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB, para, na cidade de Porto Alegre - RS, no dia 1º do corrente, tratar de assuntos de interesse do Poder Legislativo.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a **duas diárias** para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões “MILTON DE MATOS ROCHA”,

3 de novembro de 2004.

Deputado Sérgio Oliveira
 Presidente

Deputado Ronald Polanco
 1º Secretário

Deputado Moisés Diniz
 2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 141 /2004

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor **Alberlândio Brandão de Menezes**, Taquígrafo, CL. “B” CÓD. PL-NM-309, Ref. 28, para, na cidade de Punta Del Este-Uruguai, nos dias 12 a 14 de novembro do corrente ano, participar do III Congresso Internacional de Taquigrafia Parlamentar e Judiciária.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a **três diárias** para custeio das despesas prevista no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões “MILTON DE MATOS ROCHA”,

4 de novembro de 2004.

Deputado Sérgio Oliveira
 Presidente

Deputado Ronald Polanco
 1º Secretário

Deputado Moisés Diniz
 2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 142 /2004

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Deputado **Chagas Romão**, Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, para, na cidade de Brasília - DF, no dia 5, do corrente mês, tratar de assunto do Poder Legislativo.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a **uma diária** para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões “MILTON DE MATOS ROCHA”,

05 de novembro de 2004.

Deputado Sérgio Oliveira
 Presidente

Deputado Ronald Polanco
 1º Secretário

Deputado Moisés Diniz
 2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 143 /2004

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores **Maria Nelsanira Santiago de Melo Arruda**, Auxiliar Legislativo , CL. “B” CÓD. PL-NB-402, Ref. 23 e **Paulo Luiz Rodrigues da Silva**, Datilógrafo, CL. “B”, CÓD.PL-NM-304, Ref. 30, para, na cidade de Brasília - DF, nos dias 3, 4 e 5 de novembro do corrente ano, participar do Curso de Cerimonial.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a **três diárias** para custeio das despesas prevista no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões “MILTON DE MATOS ROCHA”,

5 de novembro de 2004.

Deputado Sérgio Oliveira
 Presidente

Deputado Ronald Polanco
 1º Secretário

Deputado Moisés Diniz
 2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 144 /2004

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Deputado **Nilson Areal**, integrante do Bloco Liberal Trabalhista - BLT, para, na cidade de Belém - PA, nos dias 26, 27 e 28, do corrente mês, participar do Encontro Regional de Prefeitos do PL.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a **duas diárias** para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões “MILTON DE MATOS ROCHA”,

05 de novembro de 2004.

Deputado Sérgio Oliveira
 Presidente

Deputado Ronald Polanco
 1º Secretário

Deputado Moisés Diniz
 2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 145 /2004

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Deputado **Nilson Areal**, integrante do Bloco Liberal Trabalhista-BLT, para, na cidade de Brasília-DF, nos dias 9 e 10 do corrente, tratar de assuntos de interesse do Poder Legislativo.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a **duas diárias** para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões “MILTON DE MATOS ROCHA”,

8 de novembro de 2004.

Deputado Helder Paiva
 Presidente, em exercício

Deputado Ronald Polanco
 1º Secretário

Deputado Moisés Diniz
 2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 146 /2004

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, de acordo com o que prescreve o art. 217, § 2º, da Lei Complementar n. 39/93, o servidor **Wellington Barbosa Pessôa**, Assessor Jurídico, CL."B", CÓD. PL-SJ-201, Ref. 47, do Quadro de Pessoal Permanente da Secretaria Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Acre para, na condição de defensor dativo, apresentar defesa escrita em favor do servidor **Paulo Almeida Nogueira**, Agente de Segurança, CL."B", CÓD-PL-NB-401, Ref. 23, também do Quadro de Pessoal Permanente desta Casa, em virtude de haver deixado de atender a citação regular no processo em que foi indiciado e que foi instaurado pela Resolução n. 85/2004.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "MILTON DE MATOS ROCHA",

8 de novembro de 2004.

Deputado **Helder Paiva**
Presidente, em exercício

Deputado **Moisés Diniz**
2º Secretário

Deputado **Ronald Polanco**
1º Secretário

RESOLUÇÃO N. 147 /2004

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, de acordo com o que prescreve o art. 217, § 2º, da Lei Complementar n. 39/93, o servidor **Wellington Barbosa Pessôa**, Assessor Jurídico, CL."B", CÓD. PL-SJ-201, Ref. 47, do Quadro de Pessoal Permanente da Secretaria Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Acre para, na condição de defensor dativo, apresentar defesa escrita em favor do servidor **José Vieira da Silva Júnior**, Auxiliar de Biblioteca, CL."B", CÓD-PL-NM-303, Ref. 30, também do Quadro de Pessoal Permanente desta Casa, em virtude de haver deixado de atender a citação regular no processo em que foi indiciado e que foi instaurado pela Resolução n. 85/2004.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "MILTON DE MATOS ROCHA",

8 de novembro de 2004.

Deputado **Helder Paiva**
Presidente, em exercício

Deputado **Moisés Diniz**
2º Secretário

Deputado **Ronald Polanco**
1º Secretário

RESOLUÇÃO N. 148 /2004

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores **Aluizio Rocha da Silva**, Economista, CL. "B" CÓD. PL-NS-105, Ref. 46 e **Pedro Ferreira da Cruz**, Técnico Legislativo, CL."C", CÓD.PL-NM-312, Ref. 34, para, na cidade de Brasília - DF, nos dias 3 a 7 de novembro do corrente ano, participar do Curso de Processo Orçamentário.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a cinco diárias para custeio das despesas prevista no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "MILTON DE MATOS ROCHA",

9 de novembro de 2004.

Deputado **Sérgio Oliveira**
Presidente

Deputado **Ronald Polanco**
1º Secretário

Deputado **Moisés Diniz**
2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 149 /2004

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições e tendo em vista a letra "c", do item II, do Art. 12, do Regimento Interno desta Casa.

RESOLVE:

Art. 1º DEMITIR, na forma do que preceitua a Resolução nº 48-D/2003, de 13 de março de 2003, o senhor **Doracy Ferreira Louzada**, do cargo em comissão de **Assessor Parlamentar, SP - EG-9**, do Bloco Liberal Trabalhista - BLT, da Assembléia Legislativa do Estado do Acre.

Art. 2º Os efeitos financeiros decorrentes desta Resolução cessarão a partir de 1º de outubro do corrente ano.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "MILTON DE MATOS ROCHA",

9 de novembro de 2004.

Deputado **Helder Paiva**
Presidente, em exercício

Deputado **Ronald Polanco**
1º Secretário

Deputado **Moisés Diniz**
2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 150 /2004

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições e tendo em vista a letra "c", do item II, do Art. 12, do Regimento Interno desta Casa.

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, na forma do que preceitua a Resolução nº 48-D/2003, de 13 de março de 2003, a senhora **Silvia Maria Rufino**, para exercer o cargo em comissão de **Assessor Parlamentar, SP-EG-9**, do Bloco Liberal Trabalhista - BLT, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre.

Art. 2º Os efeitos financeiros decorrentes desta Resolução contar-se-ão a partir de 1º de outubro de 2004.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "MILTON DE MATOS ROCHA",

9 de novembro de 2004.

Deputado **Helder Paiva**
Presidente, em exercício

Deputado **Ronald Polanco**
1º Secretário

Deputado **Moisés Diniz**
2º Secretário

RESOLUÇÃO N.º 151 /2004

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Deputado Sérgio Oliveira, integrante do Bloco Popular Mobilizador – BPM; para, na cidade de Manaus – AM, no dia 9 de novembro do corrente ano, tratar de assunto do Poder Legislativo Acreano.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a duas diárias para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões “MILTON DE MATOS ROCHA”,

10 de novembro de 2004.

Deputado Helder Paiva
Presidente, em exercício

Deputado Moisés Diniz
1º Secretário, em exercício

Deputado Moisés Diniz
1º Secretário, em exercício

RESOLUÇÃO N.º 152 /2004

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor Francisco Alberto Rodrigues Cavalcante, Digitador, CL. “B” CÓD. PL-NM-305, Ref. 31, para, na cidade de Recife - PE, nos dias 17 a 19 de novembro do corrente ano, participar do Encontro Nacional de Informática - ENIAL.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a quatro diárias para custeio das despesas prevista no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões “MILTON DE MATOS ROCHA”,

10 de novembro de 2004.

Deputado Sérgio Oliveira
Presidente

Deputado Ronald Polanco
1º Secretário

Deputado Moisés Diniz
2º Secretário

RESOLUÇÃO N.º 153 /2004

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os Deputados Ronald Polanco, Juarez Leitão, integrantes do Partido dos Trabalhadores – PT e Delorgem Campos, integrante do Bloco Socialista Liberal – BSL; para, na cidade de Brasília – DF, nos dias 10 e 11 de novembro do corrente ano, debaterem assuntos do Poder Legislativo Acreano.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a duas diárias para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões “MILTON DE MATOS ROCHA”,

11 de novembro de 2004.

Deputado Helder Paiva
Presidente, em exercício

Deputado Moisés Diniz
1º Secretário, em exercício

Deputado Francisco Viga
2º Secretário, em exercício

RESOLUÇÃO N.º 154 /2004

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições e tendo em vista a letra “c”, do item II, do Art. 12, do Regimento Interno desta Casa.

RESOLVE:

Art. 1º DEMITIR, na forma do que preceitua a Resolução nº 48-D/2003, de 13 de março de 2003, à senhora Tanismaia Pessoa Juvêncio, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar, SP-EG-9, da Bancada do Partido Popular Socialista - PPS, da Assembléia Legislativa do Estado do Acre.

Art. 2º Os efeitos financeiros decorrentes desta Resolução cessarão a partir de 1º de novembro do corrente ano.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões “MILTON DE MATOS ROCHA”,
17 de novembro de 2004

Deputado Sérgio Oliveira
Presidente

Deputado Ronald Polanco
1º Secretário

Deputado Moisés Diniz
2º Secretário

RESOLUÇÃO N.º 155 /2004

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições e tendo em vista a letra “c”, do item II, do Art. 12, do Regimento Interno desta Casa.

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, na forma do que preceitua a Resolução nº 48-D/2003, de 13 de março de 2003, a senhora Silvana Luzimar Caixeta, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar, SP-EG-9, da Bancada do Partido Popular Socialista - PPS, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre.

Art. 2º Os efeitos financeiros decorrentes desta Resolução contar-se-ão a partir de 1º de novembro de 2004.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões “MILTON DE MATOS ROCHA”,

17 de novembro de 2004

Deputado Sérgio Oliveira
Presidente

Deputado Ronald Polanco
1º Secretário

Deputado Moisés Diniz
2º Secretário

Atos do Primeiro Secretário

PORTARIA N. 234 /2004

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no Processo n. 1.390/2004, da Secretaria Executiva deste Poder, concede à servidora **Maria de Lourdes Ramos da Rocha**, Auxiliar de Biblioteca CL."B", CÓD. PL-NM-303, Ref. 30, do Quadro de Pessoal Permanente da Secretaria Executiva desta Casa, **dois** meses de **Licença-Prêmio**, a contar de **1º/12/2004 a 29/1/2005**, nos termos do art. 36, da Constituição Estadual, de 03 de outubro de 1989, c/c a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 10 de novembro de 2004.

Deputado Moisés Diniz
1º Secretário, em exercício

Valderi de Oliveira e Silva
Secretário Executivo, em exercício

PORTARIA N. 235 /2004

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no Processo n. 1.404/2004, da Secretaria Executiva deste Poder, concede ao servidor **Carlos Augusto Coelho de Farias**, Téc. Ass. Cult. Educacionais, CL "C", CÓD. PL-NS-110, Ref. 54, do Quadro de Pessoal Permanente desta Assembléia, **23** dias de Licença por motivo de doença em pessoa da família, a contar de **25/10/2004 a 17/11/2004**, nos termos do art. 127, da Lei Complementar nº 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 17 de novembro de 2004.

Deputado Moisés Diniz
1º Secretário, em exercício

Valderi de Oliveira e Silva
Secretário Executivo, em exercício

Atos do Secretário Executivo

PORTARIA N. 301 /2004

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

EXONERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D/2003, de 13 de março de 2003, a Senhora **Ana Fabiola Lima Bessa**, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, SP-EG-13, do Gabinete do Deputado **José Luis**, integrante do Bloco Socialista Cristão - BSC, da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, sendo que os efeitos financeiros cessarão a partir de 1º de novembro de 2004.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 12 de novembro de 2004.

Valderi de Oliveira e Silva
Secretário Executivo, em exercício

PORTARIA N. 302 /2004
O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

EXONERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D/2003, de 13 de março de 2003, a Senhora **Claudia Medeiros Pinho**, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, SP-EG-13, do Gabinete do Deputado **Tarcísio Medeiros**, integrante do Partido Popular Socialista - PPS, da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, sendo que os efeitos financeiros cessarão a partir de 1º de novembro de 2004.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 12 de novembro de 2004.

Valderi de Oliveira e Silva
Secretário Executivo, em exercício

PORTARIA N. 303 /2004

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

EXONERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D/2003, de 13 de março de 2003, o Senhor **Edivaldo Nunes Muniz**, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, SP-EG-13, do Gabinete do Deputado **Tarcísio Medeiros**, integrante do Partido Popular Socialista - PPS, da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, sendo que os efeitos financeiros cessarão a partir de 1º de novembro de 2004.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 12 de novembro de 2004.

Valderi de Oliveira e Silva
Secretário Executivo, em exercício

PORTARIA N. 304 /2004

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

ALTERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D/2003, de 13 de março de 2003, o nível de vencimento de **SP-EG-13** para **SP-EG-19**, do senhor **João Junior Silva de Oliveira**, Secretário Parlamentar, junto ao Gabinete do Deputado **José Luis**, integrante do Bloco Socialista Cristão - BSC, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, a partir de 1º de novembro de 2004.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 12 de novembro de 2004.

Valderi de Oliveira e Silva
Secretário Executivo, em exercício

PORTARIA N. 305 /2004

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

ALTERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D/2003, de 13 de março de 2003, o nível de vencimento de **SP-EG-13** para **SP-EG-18**, da senhora **Jackeline Rodrigues Passos**, Secretário Parlamentar, junto ao Gabinete do Deputado **Tarcísio Medeiros**, integrante do Partido Popular Socialista - PPS, na Assembléia

Legislativa do Estado do Acre, a partir de 1º de novembro de 2004.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 12 de novembro de 2004.

Valderi de Oliveira e Silva
 Secretário Executivo, em exercício

PORTARIA N. 306 /2004

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

ALTERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D/2003, de 13 de março de 2003, o nível de vencimento de **SP-EG-18** para **SP-EG-13**, da senhora **Francisca Chalma de Souza Soares**, Secretário Parlamentar, junto ao Gabinete do Deputado **Tarcísio Medeiros**, integrante do Partido Popular Socialista - PPS, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, a partir de 1º de novembro de 2004.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 12 de novembro de 2004.

Valderi de Oliveira e Silva
 Secretário Executivo, em exercício

PORTARIA N. 307 /2004

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

ALTERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D/2003, de 13 de março de 2003, o nível de vencimento de **SP-EG-9** para **SP-EG-7**, do senhor **Joaquim Clarindo Santos Trindade**, Secretário Parlamentar, junto ao Gabinete do Deputado **José Luis**, integrante do Bloco Socialista Cristão - BSC, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, a partir de 1º de novembro de 2004.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 12 de novembro de 2004.

Valderi de Oliveira e Silva
 Secretário Executivo, em exercício

PORTARIA N. 308 /2004

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

ALTERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D/2003, de 13 de março de 2003, o nível de vencimento de **SP-EG-9** para **SP-EG-6**, do senhor **João Clovis Sandri**, Secretário Parlamentar, junto ao Gabinete do Deputado **José Luis**, integrante do Bloco Socialista Cristão - BSC, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, a partir de 1º de novembro de 2004.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 12 de novembro de 2004.

Valderi de Oliveira e Silva
 Secretário Executivo, em exercício

PORTARIA N. 309 /2004

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

ALTERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D/2003, de 13 de março de 2003, o nível de vencimento de **SP-EG-13** para **SP-EG-7**, do senhor **Roberto Mazzini Bordini**, Secretário Parlamentar, junto ao Gabinete do Deputado **José Luis**, integrante do Bloco Socialista Cristão - BSC, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, a partir de 1º de novembro de 2004.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 12 de novembro de 2004.

Valderi de Oliveira e Silva
 Secretário Executivo, em exercício

PORTARIA N. 310 /2004

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

NOMEAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D/2003, de 13 de março de 2003, a Senhora **Natália da Silva Almeida**, para exercer o cargo em comissão de Secretário Parlamentar, **SP-EG - 13**, junto ao Gabinete do Deputado **Tarcísio Medeiros**, integrante do Partido Popular Socialista - PPS, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, sendo que os efeitos financeiros contar-se-ão a partir de 1º de novembro de 2004.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 12 de novembro de 2004.

Valderi de Oliveira e Silva

Secretário Executivo, em exercício

PORTARIA N. 311 /2004

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

NOMEAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D/2003, de 13 de março de 2003, o Senhor **Victor Hugo Lima de Sousa**, para exercer o cargo em comissão de Secretário Parlamentar, **SP-EG - 13**, junto ao Gabinete do Deputado **Tarcísio Medeiros**, integrante do Partido Popular Socialista - PPS, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, sendo que os efeitos financeiros contar-se-ão a partir de 1º de novembro de 2004.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 12 de novembro de 2004.

Valderi de Oliveira e Silva

Secretário Executivo, em exercício

78ª SESSÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 17 de novembro de 2004

Presidência: Deputado HELDER PAIVA

Secretaria: Deputado DELORGEM CAMPOS

PRESENTES: Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO, TAUMATURGO LIMA do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA do BPM; DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS do BSC; NILSON AREAL do BLT; CHAGAS ROMÃO do PMDB; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA do PSDB; JOSÉ VEIEIRA do PFL; JOSÉ BESTENE do PP; LUIZ CALIXTO do PDT; NOGUEIRA LIMA do PSC; TARCÍSIO MEDEIROS do PPS.

AUSENTES: HÉLIO LOPES, ROBERTO FILHO do BLT; ANTONIA SALES do PMDB.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos e dado o adiantado da hora, consideramos lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicitamos ao Senhor Secretário proceder à leitura do Expediente.

Expediente

Ofício Secretaria de Mulheres/2004, da Secretaria das Mulheres – Unale, Deputada Aparecida Gama, e da Secretaria das Mulheres – Unale, Deputada Sonia Fontes, informando que foi aprovada na reunião mensal da Unale, a criação da Comissão representativa das Deputadas Estaduais junto a Secretaria de Mulheres da Unale, e que pretendem empossa-las na próxima Conferência, solicitando, portanto, a indicação até o dia 10 de dezembro de 2004, de uma representante deste Poder, para ser a Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher;

Ofício N. 778/GAB/2004, da Secretaria de Estado do Servidor e do Patrimônio Público, Flora Valladares Coelho, em resposta ao Ofício N. 381/GABP;

SETUR/GEDIPE/OF/87/2004, da Gerente/Gedipe, Ana Paula Lima Andrade, enviando portfólio, juntamente com os cartazes para conhecimento e divulgação junto a este Poder, da política de divulgação dos atrativos políticos, naturais, folclóricos e culturais da nossa terra realizados através da Secretaria de Turismo;

Mensagem N. 626/2004, do Governador do Estado do Acre, Jorge Viana, informando que sancionou o Projeto de Lei Complementar N. 6/2004, de autoria do Poder Executivo.

Pequeno Expediente

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, semana passada, quando eu saí daqui, foi realizada uma reunião com a Secretaria Municipal de Saúde e o Secretário Estadual de Saúde.

Os dados apresentados não batem, pois o Diretor do Pronto Socorro, Thor Dantas, colocou que do dia primeiro ao dia dez de dezembro, foram registrados trezentos e noventa e seis casos de Dengue.

Senhor Presidente, hoje às 9h30min, da manhã, eu tinha uma audiência com o Prefeito para tratar sobre aqueles comerciantes donos de bares e lanchonetes ao redor da Rodoviária. A Prefeitura está tirando esse pessoal daquele local e eles pediram para eu marcar uma audiência com o Prefeito e seria hoje, mas o Prefeito não pôde nos atender porque está com Dengue. A

Secretaria Municipal também está com os sintomas da Dengue, mas pelos exames que fez, ela apresentou outro tipo de vírose.

Eu estou colocando assim porque as pessoas pensam que é brincadeira, mas o caso é sério. Há quatro casos suspeitos no Pronto Socorro, de Dengue Hemorrágica e ainda tivemos um óbito.

Eu, sinceramente, não sou técnica da Saúde, mas eu vejo esse quadro como uma epidemia. E para aquelas autoridades que achavam que aqui não ia ter proliferação do mosquito, está aí. Quando se deu aquela epidemia no Brasil, dizia-se que aqui a Dengue não ia se proliferar. E hoje, estamos vendo um surto. É difícil encontrar uma família que não tenha tido algum caso. Aqui mesmo na Assembléia nós temos o caso do Chagas Romão. Em cada setor há uma pessoa que sabe de alguém que contraiu Dengue. O caso é sério e precisamos tomar uma posição.

Por último, Senhor Presidente, eu gostaria de alertar a Frente Popular, pois daqui um mês, aproximadamente, nós estamos assumindo a Prefeitura de Rio Branco e aí não tem como dizer que a Dengue é um caso só da Prefeitura. Eu tenho um posicionamento de que mosquito não tem esfera. Então, é dever de todos cuidar da saúde da população. E se a pessoa pegar essa vírose mais de uma vez e estiver debilitada pode ter Dengue Hemorrágica, que leva ao óbito. O caso é sério.

As pessoas até brincam quando não tem óbito. Todavia, não sabemos até que ponto há outros vírus, porque qualquer sintoma de vômito, dor na cabeça, febre, dor nos olhos e por final a coceira, já achamos que é Dengue. Os laboratórios não têm condições de realizar duzentos e poucos exames por dia. Sem contar que algumas pessoas, aos primeiros sintomas, tomam logo Tilenol. Essa situação que estamos passando em Rio Branco é grave.

(Sem revisão do orador)

Deputado **DELORGEM CAMPOS** (BSC) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu farei uso da palavra para dar informações a esta Casa e à população de forma em geral acerca dos trabalhos realizados em Brasília na quarta e quinta-feira da semana passada.

Este Poder designou três Parlamentares para representar a Assembléia Legislativa, em Brasília, por ocasião da discussão das emendas ao Orçamento da União de 2005. E dessa forma, estivemos presentes, eu e os Deputados Juarez Leitão e Nilson Areal, este na condição de Prefeito eleito. Portanto, quero dizer aos nobres Deputados que essa foi a primeira vez que representantes desta Casa participaram de uma reunião tão importante, onde estava presente toda a bancada federal do Acre. Fomos bem recepcionados pelo Deputado Nilson Mourão que coordenou brilhantemente os trabalhos. Foram dois dias de trabalho contínuo bastante proveitoso. Nessa ocasião, nós discutimos com os oito Deputados Federais e os três Senadores do Acre as emendas destinadas para o nosso Estado.

Nós sabemos que as emendas são distribuídas de quatro formas: emendas de bancadas e emendas individuais, estas têm tido uma afluência bem grande no Governo Lula, além das emendas regionais e as emendas de comissões. Assim sendo, as bancadas dos Estados têm direito de apresentar, como os Senhores têm conhecimento, quinze emendas, as quais são distribuídas da seguinte forma: sete emendas para o Estado, sendo quatro para infra-estrutura e BRs, construção da terceira ponte e do Anel Viário; tendo sido sugerido pelo próprio Governador, que uma dessas emendas fossem destinadas à reestruturação e recuperação de estradas estaduais. Isso aumentou mais três emendas para o nosso Estado. E as outras emendas foram destinadas para os municípios. Inclusive este ponto foi bastante interessante para nossa população, porque estavam presentes representantes do Poder Executivo, do Tribunal de Justiça, da Polícia Federal e do Ministério Público Estadual.

Nós sabemos que ano passado, o Senador Tião Viana foi quem mais apresentou emendas ao Orçamento, destinando recursos para o Tribunal de Justiça. Isso ajudou o Poder Judiciário a construir os CICs (Centros Integrados e Cidadania). No

Município de Epitaciolândia foi inaugurado um prédio do Tribunal de Justiça, que comporta a Comarca de Epitaciolândia e os CICs. Então, os recursos foram muito bem aplicados pelo Tribunal de Justiça.

A bancada federal e todos que ali estavam presentes tinham direito de votar, havendo com isso consenso entre todos os presentes. Essa reunião aconteceu na sala das Comissões de Assunto Econômico do Senado Federal, num clima de tranquilidade, de democracia e de muita paz. Também se chegou a conclusão de que a bancada federal deveria destinar recursos para o Ministério Público e para a Polícia Federal.

Quero aproveitar também falar a respeito desses órgãos que foram beneficiados por essas emendas, principalmente à Polícia Federal que atua nesta região de fronteira e que desenvolve um trabalho técnico e científico em busca do bem-estar de cada um de nós que residimos neste Estado. Portanto é necessário que ela tenha sua sede e seja melhor aparelhada. Já que as emendas parlamentares não contemplaram o Tribunal de Justiça, então foi feito um acordo entre os parlamentares, para que cada um destinasse o mínimo de cem mil reais de suas emendas individuais ao Tribunal de Justiça. Sendo o Ministério Público e a Polícia Federal contemplados por essas ações.

Vários assuntos foram abordados naquele momento, mas infelizmente como o horário do Pequeno Expediente, não nos permite dar continuidade ao nosso pronunciamento, então procurarei concluir-lo no Grande Expediente, quando continuaremos dando conhecimento à população do nosso Estado dos trabalhos que estamos desenvolvendo e que também é mérito de nossa bancada federal, sem distinção de cor partidária e sem disputa eleitoral. O importante é que todos que fazem parte dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo estão empenhados e imbuídos em trabalharem para o bem do nosso Estado.

É isto que o Parlamento tem que fazer: aprovar orçamento, propor e fiscalizar. Esse é o trabalho de todos nós. Portanto, a presença, em Brasília, dos representantes da Assembléia Legislativa do Acre foi de suma importância, porque uma vez direcionados os recursos, quantificados e empenhados eles terão que ter o acompanhamento deste Poder aqui no nosso Estado.

(Sem revisão do orador)

Deputado TAUMATURGO LIMA (PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, hoje quero fazer uma abordagem sobre a inauguração da fábrica de borracha em Sena Madureira, um empreendimento que está gerando emprego, renda e resgatando a economia no Estado do Acre. A extração da borracha é uma atividade que já trouxe glória ao nosso Estado e ao País. O mais importante é que esta fábrica está beneficiando o produto no próprio Município e trazendo divisas para Sena Madureira e para o Estado. Quero parabenizar todas as autoridades e o Sr. Marzinho, dono da empresa, que acreditou no investimento, no Município de Sena Madureira e na atividade extrativista, que é um dos grandes rumos que o Governo da Frente Popular acredita.

Quero ainda fazer duas indicações: uma se refere ao recapeamento da estrada de Mâncio Lima, desde o Pé da Terra até a colônia São Francisco, levando o asfalto até o Bairro Iracema, que necessita de uma ação do Governo do Estado. Além daquela estrada; a Avenida principal de Mâncio Lima, também está esburacada, o que torna difícil o tráfego, tanto para automóveis quanto para pedestres. Então, quero pedir à Mesa Diretora e ao Presidente, que encaminhe ao Governador e ao Diretor Geral do Deracre, o engenheiro Sérgio Nakamura a nossa solicitação, para que seja analisada.

Quero fazer outra indicação que se refere à construção de um centro da Juventude no Município de Cruzeiro do Sul. (LENDÔ)

ESTADO DO ACRE
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

INDICAÇÃO _____ /2004

Indico na forma regimental à Mesa Diretora, de acordo com o que preceitua o art. 169 do Regimento Interno desta Casa, que seja endereçado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Acre, Engenheiro JORGE VIANA, com cópia ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Esportes Prof. José Alicio dos Santos, para que sejam tomadas as medidas requeridas e Justificadas através do presente documento.

Sala das Sessões “Milton de Matos Rocha”, 11 de novembro de 2004.

Taumaturgo Lima
DEPUTADO ESTADUAL

JUSTIFICATIVA

As comunidades do Vale do Juruá, todas, em comum acordo, têm agradecido muito os esforços dos setores governamentais que, hoje, levam os benefícios do desenvolvimento àquelas comunidades. Mas é preciso muito mais e, disto, todos temos a mais perfeita consciência. É por isto que, através desta indicação, vimos solicitar dos poderes constituídos as providências cabíveis no sentido de estudar as possibilidades de agilizar, com urgência que o caso requer, a construção do Centro da Juventude da cidade de Cruzeiro do Sul. É conveniente destacar que se trata do segundo maior município do Estado, com um considerável contingente de jovens e adultos muitíssimo carentes de espaços como esses, onde a prática de atividades desportivas propiciarião melhor qualidade de vida, com certeza.

Sala das Sessões “Milton de Matos Rocha”, 11 de novembro de 2004.

Taumaturgo Lima
DEPUTADO ESTADUAL

Pedimos o empenho das autoridades para que seja construído um Centro de Juventude, no Município de Cruzeiro do Sul onde a juventude não dispõe de espaço suficiente para a prática de esporte. Portanto, esse Centro será bem vindo tirando muitos jovens da ociosidade, trazendo nossos atletas para participarem de campeonatos e contribuindo com o esporte em nosso Estado.

(Sem revisão do orador)

Deputado LUIZ CALIXTO (Líder do PDT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados e Senhora Deputada, na última semana, os jornais afinadíssimos com o Governo da Floresta dedicaram as suas primeiras páginas para noticiar o ufanismo que se estabeleceu neste Governo. Nós sabemos que o Acre é um Estado carente de investimentos, sem oportunidade de emprego.

Hoje, um jornal estampa que os nossos seringueiros agora serão seringueiros-industriais; outra manchete em sua principal edição uma matéria que foi publicada no jornal “O Globo”, dando conta de que o índice de violência, decorrente do uso de arma, tinha decrescido vertiginosamente no Estado do Acre. E nós sabemos que a violência ocupa hoje o 1º ou 2º lugar no ranking dos problemas enfrentados pela nossa população. E não adianta dizer que isso é sintomático, que isso é em decorrência

de políticas nacionais, porque nós temos outras capitais, outros municípios até maiores que Rio Branco e que não têm o mesmo índice de violência que nós registramos aqui. É muito comum, os governos em estado de acomodação, sem ter concretamente o que apresentar à população, ficar confiscando dados para cometer o segundo pecado, pois o primeiro pecado é não combater a violência com a determinação e a veemência necessária.

Nossos bairros estão tomados por uma violência juvenil e de primeiro grau, ou seja, amadora, que uma simples batida de um soldado da PM resolverá; pois não é uma violência praticada por profissionais. É uma violência praticada por ladrões de galinha, mas o Estado não dar conta de enfrentar essa violência juvenil, se comparada ao que acontece em outros Estados. E para tentar acalmar a revolta da nossa população, o Governo usa alguns dados mentirosos, inclusive para tentar passar uma sensação de segurança.

Os jornais fizeram a seguinte manchete “Índice de violência no Acre é o menor”. E é verdade que é o menor, me interessei tanto pelo o assunto que fui buscar o jornal O Globo e realmente, lá o Acre figura, graças a Deus, no último lugar. E nesse caso ser o último no ranking dos homicídios provocados por arma de fogo é um fator positivo.

O ufanismo do Governo é tão grande que ele deixa de divulgar para a população o período em que foi feita essa pesquisa. O período, Deputado Nogueira Lima, o Senhor que é um Deputado com muito mais competência para analisar esse assunto, é de 1991 a 2000. Portanto, se algum mérito coubesse ao Governo da Floresta seria apenas de um ano, porque o estudo foi feito a partir de 1991. Então, eu tenho razões profundas para desconfiar, porque foi exatamente no período em que o Esquadrão da Morte estava em plena atividade neste Estado. Portanto, essas informações são mentirosas e têm apenas o sentido de enganar a população, pois o período referente à pesquisa é de 1991 a 2000. para nosso descontentamento, os índices de violência no Estado do Acre não têm caído como tem sido anunciado. Também consideramos como primeiro pecado desse Governo é não combater a violência, manipular dados e fazer conluio com setores da Imprensa afinadíssimos. E o maior crime do Governo é tentar enganar a nossa população transmitindo-lhe uma sensação de segurança.

(Sem revisão do orador)

Grande Expediente

Deputado **TARCÍSIO MEDEIROS** (Líder do PPS) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, como fui impedido de falar no Pequeno Expediente, por conta do horário regimental, vou usar o tempo que disponho para dizer que fui procurado no fim-de-semana pelos produtores do ramal Novo Horizonte, os quais me pediram para solicitar ao Líder do Governo Deputado Edvaldo Magalhães que agende uma reunião dos mesmos com o Diretor do Deracre para que eles reivindiquem melhorias para aquele ramal.

A pecuária leiteira daquele ramal está produzindo 4.200 litros de leite por dia. Portanto é justo que aquela localidade receba por parte do Governo um tratamento especial. Para os Senhores terem uma idéia, com o início do inverno a produção de leite já não está podendo ser escoada, devido a dificuldade de acesso àquele ramal.

Há vários anos, eu tenho feito parceria com aquela comunidade; eu levo uma máquina para fazer a raspagem e eles entram com a outra parte, mas fica difícil fazer isso. Senhor Presidente, estou falando de um ramal, mas existem vários. Eu conversei com uns trabalhadores que estavam tapando buraco no Mutum e eles diziam: “Deputado Tarcísio, o Diretor do Deracre nos chamou e disse que vai parar todas as frentes de serviço em nosso Estado”. Eu lhes disse: parar mais do que já está, aí fica complicado, porque não estão fazendo quase nada. Eles têm feito apenas o essencial e ainda querem parar!

Já conversei com o Líder do Governo e provavelmente, eu e uma comissão formada por esses produtores seremos recebidos pelo Diretor do Deracre. Nessa ocasião, eu aproveitarei para falar também sobre as dificuldades dos produtores de outros

ramais que são muito produtivos. Se o Deracre quiser pode colocar frentes de serviços para fazer tapa-buracos nos ramais mais produtivos. Isso é uma coisa simples de fazer; mas não estamos vendo isso ser feito. Senhor Presidente, eu continuarei falando todos os dias sobre esse assunto, porque eu não quero ver os nossos produtores sem escoarem a sua produção.

(Sem revisão do orador)

Deputado **RONALD POLANCO** (PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada Naluh Gouveia, quero registrar a inauguração de uma indústria de borracha em Sena Madureira, ocorrida semana passada. Estiveram presentes vários Parlamentares e também um amigo nosso, Querino, de Cedral, Município de São Paulo, que em 1990 nos deu todo o embasamento técnico para montar essas usinas de borracha em Xapuri, Sena Madureira e no Pará.

Desde a época que estávamos na Cooperativa, nos Sindicatos e nas associações nós defendemos essa iniciativa. Acredito que a borracha ainda é um produto estratégico para o nosso país e para a região, apesar de haver opiniões contrárias. Nós precisamos fazer as contas dos lucros que ela pode gerar. Não podemos ser amadores a ponto de debater apenas no campo ideológico e concordar que o setor florestal, que o uso da floresta não seja o caminho para uma economia sustentável. Se o empresário Mazinho fosse ver pela ótica do mercado, não investiria em Sena Madureira, talvez nem no Acre, mas em São Paulo. Felizmente existem pessoas como ele, verdadeiros bandeirantes que precisam ocupar todos os espaços deste país. Se fosse pela lógica de mercado, não fazia sentido instalar uma indústria aqui, mas nós temos que batalhar para trazer a indústria para cá; sem indústria não tem economia sustentável, não tem futuro. Apesar de muitos serem contra, o Mazinho, ele insistiu e a indústria foi inaugurada em Sena Madureira. Portanto, temos que analisar detalhadamente o que está acontecendo no nosso Estado.

A Prefeita de Sena Madureira, Toinha Vieira, desde o início, tem apoiado essa iniciativa, sem se deter a leis e a burocracia. Quando nós acreditamos num Projeto, não precisa de lei, só de vontade. Ela ajudou aquela fábrica do início ao fim, e está lá, estruturada. A Prefeita continua colaborando, nunca foi em nenhum Banco denunciar ninguém e eu a parabenizo por isso. Precisamos continuar este trabalho, avançar para que em todos os municípios, deste Estado e da Amazônia, não só brasileira, haja uma indústria que agregue valor aos nossos produtos.

Eu tenho certeza que essa será a nossa base para gerar emprego. A nossa grande luta é gerar emprego no interior; nós temos que fixar os companheiros na floresta, para evitar problemas, como a violência, na Capital. Muitas vezes o Estado gasta com política, com Justiça e com processos judiciais. Como disse o Deputado Luiz Calixto, muitos gastos poderiam ser evitados se fossem tomadas medidas preventivas e eu acredito que não há nenhuma prevenção mais eficaz para problemas como a violência nas cidades, do que fixar o homem no campo. Há alguns dias eu até citei, em Sena Madureira, uma frase de um economista egípcio que diz o seguinte: “tem que industrializar, sem descamponizar”, ou seja, temos que implantar indústrias, mas sem trazer o camponês para a cidade. Segundo um estudo que ele fez, a Europa só se industrializou, porque mandou os seus excedentes para o Brasil, México e outros lugares do mundo. A China é um bom exemplo para o mundo rural. Criou mais de 112 milhões de empregos no campo com essa política, que fixa o camponês no seu local de origem e desenvolve indústrias.

Então, nós precisamos discutir essa questão de forma ampla, sem apoiar posições ideológicas; temos que botar o “preto no branco”.

Hoje, é viável termos uma economia florestal. Precisamos convencer os empresários a investirem nesse setor e a expandirem para essa área, assim como fez o Mazinho, sair da ótica, meramente capitalista, e ter a noção de que precisam explorar

todo o potencial que possui o espaço nacional e aproveitar as oportunidades de negócios que podem dar resultado a curto e longo prazo.

Está comprovado que a borracha faz parte desse rol de negócios. O Mazinho em menos de quatro anos trabalhando no setor, já conseguiu instalar mais de dois milhões de reais em Sena Madureira. Acreditou e está vendo os resultados. Houve apoio do Governo, mas foi pouco. As divisas estaduais foram ampliadas pelo Governo Federal e com isso o país todo está ganhando, pois novas oportunidades de negócios estão surgindo.

No entanto, nem sempre a ótica premiada é a direcionada para as regiões periféricas do país.

Deputado LUIZ CALIXTO (Líder do PDT – EM APARTE) – Eu também quero felicitar o empresário de Sena Madureira e que a receita apontada por V. Ex^a é a que todos nós aqui defendemos: fixar o homem no campo, dando-lhe condições necessárias para que lá sobreviva com dignidade. Mas a verdade é que nós não temos confirmado esta hipótese na prática; as famílias estão deixando a zona rural em massa, por falta de condições absolutas de vida; as concentrações na periferia aumentaram nos últimos seis anos e novos bairros foram formados, pelas migrações do campo. A minha crítica é que muitas vezes esses empreendimentos são citados como se nós estivéssemos reinventando a pólvora. Em Sena Madureira nós já tínhamos há vinte ou quinze anos uma indústria de beneficiamento de borracha, que também foi fechada, vítima da falta de condição e apoio ao seringueiro. Tarauacá, meu município, que V. Ex^a conhece muito bem, também tinha uma usina de beneficiamento com capacidade para beneficiar mil toneladas de borracha por ano e boa condição financeira. Não era uma cooperativa de seringueiros e sim de produtores. De seringalistas. Ainda existe uma parte do equipamento: caldeiras e calandras, mas a usina fechou porque essa tão propagada política de apoio aos seringueiros, não se confirma quando nós vamos investigar os fatos com profundidade. Tarauacá hoje é um Município que não produz nada de borracha e já foi o maior produtor. Xapuri, dizem, mas eu não posso atestar, acredito que V. Ex^a possa fazer isso com muito mais propriedade, que também tinha ou tem uma usina, mas se funciona ou não é com o mesmo potencial. Cruzeiro do Sul também já teve sua usina de borracha, com capacidade de beneficiar 1.500 toneladas de borracha ao ano. Todas elas estão fechadas. Então, o que muitas vezes eu crítico não é o investimento, mas sim as comemorações em torno deles, dando a entender que aquilo é como a reinvenção da roda. Mas em todo caso, quero desejar vida longa à indústria de beneficiamento de Sena Madureira e que ela não tenha o mesmo fim que tiveram as de Cruzeiro do Sul e Tarauacá.

Deputado RONALD POLANCO (PT) – Deputado Luiz Calixto, muitos empresários analisam o setor a curto prazo. Em outras regiões do mundo a visão é para a 3^a, 4^a ou 5^a geração. Inclusive, um dos diretores que é seu amigo, o Mourão, se indagado, dirá que ganhou dinheiro com borracha. Várias vezes o meu particular amigo, Jorge Moura disse: “Polanco, eu ganhei dinheiro com borracha, mas investi em outro setor”. No entanto, o Mazinho, em Sena Madureira, obteve lucros com borracha e investiu no mesmo setor. Então, nós precisamos ler o Evangelho, Deputado Helder Paiva, V. Ex^a que conhece bem o espírito do ser humano, sabe que para estimular uma visão política da religião, além de pregar o Evangelho, o pregador deve acreditar naquilo que defende. É o caso da borracha; muitos estavam nesse ramo de negócio, mas não acreditavam, não investiam. Queriam apenas acumular riquezas explorando o seringueiro.

Várias vezes conversei com o ex-Governador Orleir, que tinha uma fábrica em Cruzeiro do Sul e tentava incentivá-lo a acreditar na borracha. Ele me respondia que de lá, já tinha vindo. Acumulou riquezas no setor de borracha, mas na hora de investir foi para outra atividade. O Mazinho e outros empresários são diferentes. O Quirino, outro companheiro do setor da borracha

de Cruzeiro do Sul faliu duas vezes, mas voltou para lá e, hoje ele diz ser um dos homens mais tranqüilos da região, porque aposta naquilo que ele pode acompanhar de perto. Como diz Shum Peter que é um grande economista, o empresário tem que ser inovador, estar constantemente se modernizando. É o que está acontecendo em Sena Madureira, há uma nova realidade; a indústria se modernizou. Não é como aqueles velhos empresários que ganhavam dinheiro com a catraia, mas não compravam o batelão; não tinham uma visão inovadora.

Deputado Nilson Areal, V. Ex^a. estará à frente daquela prefeitura durante quatro anos, e verá que em Sena Madureira, borracha é o caminho. Mas nós precisamos ampliar a rede econômica; lá tem madeira, tem o aspecto turístico, tem peixe e outras chances de fazer o uso múltiplo dos recursos. Tenho certeza que com sua visão, a borracha vai ser um meio para acumular capital, mas esperamos que este capital não saia do setor produtivo e vá para especulação. Como às vezes acontece com a castanha e a madeira; onde os recursos são aplicados em outros setores, que não são importantes para uma economia sustentável.

Essa é a visão que eu acho que devemos passar para futuros empreendedores. Vamos acreditar naquilo que já nos trouxe riquezas.

Parabéns ao Mazinho, a Sena Madureira, a V. Ex^a. Deputado Nilson Areal, que vai assumir aquela Prefeitura. Vamos cuidar daquela indústria como se fosse uma criança; que precisamos dar leite todos os dias, vacinar, dar boa vestimenta e pentear, porque ela é a nossa grande vitrine.

(Sem revisão do orador)

Deputado EDVALDO MAGALHÃES (Líder do Governo) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu quero fazer uma abordagem aqui, aproveitando a presença, hoje, no Acre, do ilustre Ministro da Justiça, para tratar de um assunto importante. E queria, até chamar o testemunho aqui dos Deputados, que de alguma forma, nas batalhas eleitorais, têm alguma relação com o setor rural do nosso Estado.

Nós tivemos, nesses últimos quatorze anos que enfrentar pelo menos três problemas graves; graves porque você tem que lidar com a mentira e com a mentira que se consolida. Em 1990, a maior mentira que se conseguiu plantar na área rural do Acre foi a de que nós éramos comunistas e que se eleitos, nós iríamos tirar as galinhas das pessoas, quem tivesse mais de um filho, só ficaria com um, os outros seriam mortos e que as mulheres não seriam mais dos seus maridos, elas seriam tomadas. Fizemos reuniões para explicar que isso não era verdade, mas era a coisa mais difícil do mundo conseguir convencer as pessoas de que lhes falaram aquilo apenas por interesse meramente político e eleitoreiro.

Vencidas as batalhas de 92 e 94 as pessoas ainda continuavam com aquela visão distorcida. Em 98 quando fámos conversar com os moradores da área rural, mais uma vez inventaram uma nova história, agora era a da vara. Diziam que a Frente Popular ia impedir que o trabalhador tivesse sequer uma vara para botar no mosquiteiro. Que as imbaúbas iriam crescer ao longo da BR-364 e que a nossa turma gostava mais dos macacos do que das pessoas. Convencer as pessoas de que aquilo era uma invenção meramente eleitoreira, foi difícil.

E agora em 2004, nessa campanha, eu andei na área rural dos 22 municípios, e mais uma vez espalharam uma mentira de que nós da Frente Popular, iríamos impedir que o trabalhador rural, o extrativista e o índio pudessem ter uma espingarda. Que todas as armas seriam tomadas, pois as pessoas seriam proibidas de possuí-las. Para que V. Ex^as. tenham uma idéia do estrago que essa história fez na área rural do Estado do Acre, houve aqueles mais aquinhoados que estocaram munição e armas dentro do mato. Construíram verdadeiras tocas para esconder suas espingardas. Lá em Thaumaturgo, eu conheci uma família que estava estocando munição e escondendo as espingardas, porque a história era de

que nós iríamos tomá-las. Essa era a conversa, e muitos Parlamentares foram testemunhas disso.

Hoje, aqui no Estado, pela parte da tarde, teremos uma solenidade, Senhor Presidente, com a presença do Ministro da Justiça que estará assinando um convênio que envolve o Exército, a Polícia Federal e a Secretaria de Segurança Pública, o qual vai garantir o direito à população rural de ter registradas as suas espingardas. E os registros serão feitos lá na comunidade, ou seja, eles não precisarão vir para a Sede dos municípios; será uma espécie de campanha itinerante de registro das espingardas, para uso da caça nas comunidades. E será garantido além do registro, também a dispensa do pagamento da taxa que o Estatuto de desmatamento exige para aqueles que podem usar armas, cujo valor é de trezentos reais. Isso tudo é do conhecimento da maioria dos Parlamentares.

Uma coisa que não é do conhecimento, pelo menos da sociedade, de forma mais ampla, é de que a autora dessas duas emendas ao Estatuto do Desarmamento, que garantiu a posse da espingarda, na modalidade de caçador para os extrativistas, os colonos e os ribeirinhos e a dispensa do pagamento da taxa de registro é da Deputada Perpétua Almeida.

O Estatuto do Desarmamento é uma das grandes conquistas da sociedade brasileira, inclusive vários Governantes começam a adotar esse Estatuto do Desarmamento em seus países. A campanha para desarmar as populações urbanas tem sido vitoriosa no Brasil, mas aqui no nosso Estado, infelizmente, ela foi destorcida. E agora, como nós não estamos mais em ano eleitoral, nós vamos ter a grande oportunidade de estabelecer a verdade e também levar tranquilidade para as pessoas que moram na área rural do nosso Estado.

Para que V. Ex^{as}. tenham uma idéia, o Estatuto do Desarmamento foi aprovado no Senado da República e depois foi para a Câmara. E na proposta aprovada pelo Senado ficava proibido que o nosso colono, nosso índio e o nosso seringueiro pudessem utilizar suas armas. No Senado da República passou despercebida essa implicação com as populações tradicionais da Amazônia e do Nordeste brasileiro. E olha que à época, estavam lá no Senado, o Senador Tião Viana, a Senadora Marina Silva e o ex-Senador Nabor Júnior, mas eles não conseguiam perceber os problemas que essa proibição causaria às populações tradicionais da Amazônia. Sabemos que eles não fizeram isso por maldade ou porque não estavam preocupados com essas populações; mas é porque essa legislação é tão complexa que se você não observar os detalhes, as vírgulas, às vezes isso acontece.

Quando o Estatuto do Desarmamento chegou lá na Câmara, essa deficiência foi percebida pela Deputada Perpétua Almeida; então ela pediu uma audiência com o Ministro da Justiça para expor-lhe esse problema. Essa emenda da Deputada Perpétua criou o maior problema na Câmara Federal, porque poderia abrir espaço, para que outras categorias que tinham lobistas muito fortes dentro do Congresso Nacional pudessem também ter o direito ao porte de arma. Inclusive havia um lobby enorme dos seguranças das Assembléias Legislativas do Brasil; mas foi um processo de negociação intenso, o qual teve que ir para a Mesa do Presidente da República, para se conseguir introduzir essas duas emendas no Estatuto do Desarmamento.

Os Deputados Nilson Areal, Sérgio Oliveira e José Vieira, que fizeram campanha em Sena Madureira, são testemunhas do terror que foi criado em torno desse tema. Então, a partir de hoje, será resolvido esse problema que aflige as populações tradicionais do nosso Estado, pois uma concessão composta pelo Exército Brasileiro, a Polícia Federal e a Secretaria de Segurança Pública, estará indo em cada uma das comunidades rurais do nosso Estado, registrando as espingardas e garantindo aos caçadores a tranquilidade da sua sobrevivência na mata.

(Sem revisão do orador)

Deputado **DELORGEM CAMPOS** (BSC) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu quero somente complementar

alguns assuntos que eu abordei no Pequeno Expediente, a respeito das emendas de bancada do orçamento 2005.

Nós sabemos que as nossas Prefeituras, de modo geral, têm muitas dificuldades no que se refere à manutenção de ramais e até das vias públicas, e nós sabemos também que alguns secretários de obras ou prefeitos, às vezes, não dão a manutenção devida a este tipo de maquinário, porque o próprio Governo do Estado, através da Secretaria de infra-estrutura, teve que dispor de uma certa quantia para recuperar algumas de suas patrulhas. No entanto ainda há muita necessidade de recuperação dessas máquinas. Nesse sentido há uma proposta de Emenda do Orçamento da União, de autoria do Senador Geraldo Mesquita, endossada pelo Deputado Federal Zico Bronzeado. Portanto, companheiros, é baseado nessa vontade política dos nossos parlamentares em Brasília, que temos conseguido ajudar o nosso Estado de forma distinta. Todos nós que habitamos aqui somos cidadãos e cidadãs que precisamos desses benefícios. Isso é uma coisa que está voltada mais precisamente para os que habitam na zona rural. O setor para onde o Senador Geraldo Mesquita estará direcionando as emendas individuais, em aproximadamente 70%, será o produtivo. Realmente, este é um setor que carece urgentemente de aprimoramento de políticas públicas mais acertadas, a fim de que tenhamos produção.

Outros assuntos de suma importância foram tratados naquela reunião como é o caso do lixo e dos seus resíduos. Nós sabemos que têm órgãos que fiscalizam e fiscalizam bem, o Ibama, a Vigilância Sanitária, O IMAC e outros, no entanto os nossos prefeitos têm tido dificuldades constantes no que se refere a acomodação do lixo e aí nós temos algo que talvez não seja novo, mas é bom que seja lembrado: existe uma política direcionada para esse setor que prevê que investimentos de até R\$ 50 mil são de responsabilidade da Funasa, e até R\$ 250 mil, do Ministério do Meio Ambiente e acima disso, das Secretarias da Cidade. Lixo é uma questão séria e é preciso que nós estejamos engajados nesta política. Além da fiscalização é preciso fazer uso dos órgãos da educação. É necessário que os prefeitos começem de fato a entender que não podemos estar assoreando os nossos rios, causando problemas à saúde pública. Então, os nossos gestores, juntamente com o setor de Educação, precisam promover campanhas educativas para que a população adquira o hábito de colaborar com a reciclagem do lixo. Dessa forma as coisas podem acontecer. Não é mais tempo de decidir as coisas entre quatro paredes, as políticas devem se desenvolver com a participação da população.

Nós temos sido, de forma geral, abordados pelos nossos produtores, nossos seringueiros que estão preocupados por falta de informações e por receberem informações distorcidas de pessoas que estão na gestão pública e de políticos que agem de forma equivocada. Nós temos que dizer a eles o que está acontecendo, o que foi tratado pelos nossos parlamentares lá em Brasília, inclusive pela Deputada Perpétua. Aquele ato que vai acontecer hoje visa mostrar que a Justiça tem que estar próximo do cidadão; nada acontece num Estado, num País, se um povo não quiser. Então o nosso seringueiro, o homem que está lá no campo, pode ficar tranquilo que a sua espingarda, a sua companheira que não é usada para praticar crimes, e sim, para ajudar na sua sobrevivência, permanecerá com ele. Essa é uma vitória dos Parlamentares Acreanos.

Um outro assunto que é importante e um tanto polêmico, complexo e foi tema de uma proposta de um prefeito da minha região, Manoel Batista, é o nosso fuso horário. Os programas de televisão são exibidos em horário que os nossos adolescentes assistem a cenas imorais e indecentes que contribuem de forma veemente para a má formação do caráter dos nossos jovens, das nossas crianças.

Nós sabemos que o Brasil é um País que não sei como quer chegar ao primeiro Mundo se os investimentos na área de ciências e tecnologia são sempre muito escassos. Para que isso ocorra é preciso que se invista maciçamente na pesquisa, ciência

e tecnologia. E a nossa UFAC também teve numa compreensão, numa votação recíproca o direito de receber das emendas dos nossos parlamentares, o mínimo de cento e cinqüenta mil de cada parlamentar, que chega ao total de um milhão, seiscentos e cinqüenta mil reais.

Quanto à Polícia Federal já falei da necessidade que temos de aparelhá-la melhor. E o que é importante: no momento em que o prédio ficar pronto, lá no setor administrativo futuro deste Estado, aquele prédio que é histórico, para nós acreanos, será restituído ao Estado. Lá funcionou, durante muitos anos, a Secretaria de Saúde.

Então, Senhores Deputados, esses assuntos que abordamos aqui são de interesse de todos.

(Sem revisão do orador)

Deputado CHAGAS ROMÃO (PMDB) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, povo na galeria, Senhores da Imprensa, quero falar sobre a Dengue, apesar dessa situação já ter sido bastante comentada nesta Casa. Gostaria de dizer que também fui vítima dessa doença e por causa dela passei doze dias acamado. Na minha opinião, é um absurdo que pessoas continuem adoecendo, uma vez que ouvimos falar constantemente que recursos são destinados à Região Norte, para o combate da Dengue e da Malária, doenças passíveis de prevenção. O Estado do Rio de Janeiro foi vítima, há algum tempo, de uma grande epidemia. Eu estou conversando constantemente com meu filho que mora lá e ele falou que hoje não existe mais nenhum caso de dengue. Portanto é necessário que a prevenção seja feita para afastar qualquer risco de uma epidemia.

Hoje, em Cruzeiro do Sul, se propaga uma epidemia de malária. É inadmissível que fatos como esse ainda aconteçam em nosso Estado e certamente há algo errado. Acho que os recursos destinados para o combate a essas doenças estão sendo investidos em outros lugares. A Malária é uma doença antiga e já deveria ter sido controlada há muito tempo. Nos demais Estados da Região Norte realmente a Dengue e a Malária não existem mais. Então, o que está acontecendo em nosso Estado é uma calamidade pública, apesar das autoridades competentes dizerem o contrário. Lá no Pronto Socorro são cem, duzentos, trezentos casos de dengue por dia. A Unimed vive cheia de gente. As reportagens mostram que no Posto de Saúde Barral y Barral os médicos estão atendendo muitas pessoas com a doença. Sendo assim, acho que fica evidente que a Saúde Pública não está sendo tratada com a devida seriedade aqui no Acre. É lamentável, mas parece que é preciso que pessoas morram para que as autoridades voltem suas atenções à prevenção dessas doenças.

Gostaria de saber onde estão as bombas fumacê e também para onde está indo esse dinheiro que é destinado à prevenção dessas doenças na Região Norte. É um absurdo o que acontece com os pacientes que se dirigem ao Pronto Socorro, às vezes, não recebem o soro, ficam deitados nos bancos com febre e vômito.

O fato de não haver casos de Dengue no Rio de Janeiro, se deve à prevenção diária e ao zelo do pessoal da Saúde de lá que trabalha com afinco.

Desta forma, fica aqui um alerta para que as autoridades municipais, estaduais e federais cuidem melhor da nossa população. A população carente do nosso Estado está sofrendo muito. Entendo que, às vezes, não dá para atender todas as pessoas, pois a demanda é grande, por isso é importante prevenir.

Então peço o empenho de todos na busca de Soluções para este problema.

(Sem revisão do orador)

Deputado LUIZ CALIXTO (Líder do PDT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, observei atentamente o discurso do Deputado Delorgem, e quero dizer que dei uma passada na

sala em que estavam reunidos os membros da comissão que discutia as dotações orçamentárias para o Estado do Acre, lá em Brasília.

A minha estada em Brasília não era exatamente para tratar desse assunto, mas ao chegar aqui tive notícias alvissareiras de que a partir desse orçamento de 2005, nós Deputados também veremos consagrada a realização das dotações orçamentárias que nós vamos colocar no orçamento.

Eu, quando fui Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, nutri por alguns anos esta doce ilusão de que nós pudéssemos mexer um pouquinho no orçamento, para que tivéssemos o prazer de chegar numa base eleitoral dizendo que aquilo tinha sido obra de uma emenda colocada por um Parlamentar, mas o Governo nem cumpre o orçamento e nem contempla os Parlamentares na apresentação das Emendas que são, digamos que insignificantes, mas teriam um valor político muito grande, ou seja, uma pessoa pode chegar numa comunidade e dizer que esta quadra ou esta escola foi construída através de uma Emenda do Deputado.

Porém, lá em Brasília, o que se observou com relação ao orçamento, foi um verdadeiro leilão onde os Parlamentares que não têm sequer o papel da Oposição, Deputado Nogueira Lima, estavam fazendo de tudo para chantagear o Governo na liberação das Emendas. Porém o Governo, por outro lado, também daí demonstrações de não respeitar os Parlamentares ao passo que não libera as Emendas.

Portanto, aquilo se transformou num verdadeiro cabo de guerra e está paralisando o Congresso Nacional por mais 30 dias. Matérias importantes que deveriam ser votadas não estão indo a Plenário, exatamente, porque os Parlamentares fizeram uma operação tartaruga e estão submetendo o Governo Lula a chantagem do “é dando que se recebe”, para liberar algumas Emendas, onde não seria necessário este tipo de procedimento, bastava que o Governo cumprisse com os seus compromissos.

Ouvi, inclusive, as declarações de um dos líderes da Oposição dizendo que estava se sentindo meio sem função. Não porque o Governo não tivesse um rol de defeito, de improbidade ou irregularidade para denunciar, mas que a própria base governista estava fazendo o papel de Oposição, trancando a pauta do Congresso que está parado há trinta dias.

Mas aqui a notícia alvissareira é de que nós teremos um valor X disponibilizado para Emendas de cada Parlamentar e que nós não precisamos submeter o Governo a esse constrangimento.

(Sem revisão do orador)

Ordem do Dia

Aberta a Ordem do Dia, o Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 111/2004, acompanhado de justificativa, de autoria do Deputado Moisés Diniz, “Solicitando ao Senador Geraldo Mesquita, disponibilizar Emendas ao Orçamento da União, exercício 2005, com o intuito de instalar um Laboratório para exame de Paternidade no Instituto de Criminalística do Acre”.

Em discussão, não houve oradores.

O Senhor Presidente (HELDER PAIVA) – Comunicamos ao ilustre Deputado que seu Requerimento foi deferido.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento N. 112/2004, acompanhado de justificativa, de autoria do Deputado Moisés Diniz, “Solicitando ao Senador Tião Viana, disponibilizar Emendas ao Orçamento da União, exercício 2005, com o intuito de instalar um Laboratório para exame de Paternidade no Instituto de Criminalística do Acre”.

Em discussão, não houve oradores.

O Senhor Presidente (HELDER PAIVA) - Comunicamos ao Deputado Moisés Diniz que o seu Requerimento foi deferido.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento N. 113/2004, acompanhado de justificativa, de autoria do Deputado Moisés Diniz, “Solicitando ao Senador Sibá Machado, disponibilizar Emendas ao Orçamento da União, exercício 2005, com o intuito de instalar um Laboratório para exame de Paternidade no Instituto de Criminalística do Acre”.

Em discussão, não houve oradores.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) - Comunicamos ao Deputado Moisés Diniz que o seu Requerimento foi deferido.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento N. 114/2004, acompanhado de justificativa, de autoria do Deputado Moisés Diniz, “Solicitando ao Deputado Federal Henrique Afonso, disponibilizar Emendas ao Orçamento da União, exercício 2005, com o intuito de instalar um Laboratório para exame de Paternidade no Instituto de Criminalística do Acre”.

Em discussão, não houve oradores.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) - Comunicamos ao Deputado Moisés Diniz que o seu Requerimento foi deferido.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento N. 115/2004, acompanhado de justificativa, de autoria do Deputado Moisés Diniz, “Solicitando à Deputada Federal Perpétua Almeida, disponibilizar Emendas ao Orçamento da União, exercício 2005, com o intuito de instalar um Laboratório para exame de Paternidade no Instituto de Criminalística do Acre”.

Em discussão, não houve oradores.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) - Comunicamos ao Deputado Moisés Diniz que o seu Requerimento foi deferido.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento N. 116/2004, acompanhado de justificativa, de autoria do Deputado Moisés Diniz, “Solicitando ao Deputado Federal Ronivon Santiago, disponibilizar Emendas ao Orçamento da União, exercício 2005, com o intuito de instalar um Laboratório para exame de Paternidade no Instituto de Criminalística do Acre”.

Em discussão, não houve oradores.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) - Comunicamos ao Deputado Moisés Diniz que o seu Requerimento foi deferido.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento N. 117/2004, acompanhado de justificativa, de autoria do Deputado Moisés Diniz, “Solicitando ao Deputado João Tota, disponibilizar Emendas ao Orçamento da União, exercício 2005, com o intuito de instalar um Laboratório para exame de Paternidade no Instituto de Criminalística do Acre”.

Em discussão, não houve oradores.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) - Comunicamos ao Deputado Moisés Diniz que o seu Requerimento foi deferido.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento N. 118/2004, acompanhado de justificativa, de autoria do Deputado Moisés Diniz, “Solicitando ao Deputado Federal João Correia, disponibilizar Emendas ao Orçamento da União, exercício 2005, com o intuito de instalar um Laboratório para exame de Paternidade no Instituto de Criminalística do Acre”.

Em discussão, não houve oradores.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) - Comunicamos ao Deputado Moisés Diniz que o seu Requerimento foi deferido.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento N. 119/2004, acompanhado de justificativa, de autoria do Deputado Moisés Diniz, “Solicitando ao Deputado Federal Júnior Betão, disponibilizar Emendas ao Orçamento da

União, exercício 2005, com o intuito de instalar um Laboratório para exame de Paternidade no Instituto de Criminalística do Acre”.

Em discussão, não houve oradores.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) - Comunicamos ao Deputado Moisés Diniz que o seu Requerimento foi deferido.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento N. 120/2004, acompanhado de justificativa, de autoria do Deputado Moisés Diniz, “Solicitando ao Deputado Federal Zico Bronzeado, disponibilizar Emendas ao Orçamento da União, exercício 2005, com o intuito de instalar um Laboratório para exame de Paternidade no Instituto de Criminalística do Acre”.

Em discussão, não houve oradores.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) - Comunicamos ao Deputado Moisés Diniz que o seu Requerimento foi deferido.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento N. 121/2004, acompanhado de justificativa, de autoria do Deputado Moisés Diniz, “Solicitando ao Deputado Federal Nilson Mourão, disponibilizar Emendas ao Orçamento da União, exercício 2005, com o intuito de instalar um Laboratório para exame de Paternidade no Instituto de Criminalística do Acre”.

Em discussão, não houve oradores.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) - Comunicamos ao Deputado Moisés Diniz que o seu Requerimento foi deferido.

Encerrada a Ordem do Dia.

Explicação Pessoal

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Deputado Delorgem estava extremamente animado com a reunião que participou em Brasília, juntamente com os Prefeitos e a Bancada Federal.

Eu quero dizer aqui Deputado Delorgem, que eu também ficaria muito animada se em todo esse período que estou aqui, nós conseguíssemos aprovar as nossas Emendas ao orçamento. Geralmente as Emendas não são liberadas pelo Governador e as que são, ele nunca nos chama para dizer qual foi o Parlamentar que apresentou aquela Emenda. Há um centralismo na pessoa do Governador Jorge Viana que caracteriza a sua administração; sua administração é ele. Conclusão, nossas Emendas passam ser de brincadeira e não de verdade.

Nós realizamos uma reunião aqui e o Líder do Governo ficou de marcar uma reunião com o Governador e espero que esse encontro seja realizado antes do dia 23, porque o Sr. Aluísio já pediu que nós fizéssemos as nossas Emendas.

Eu, inclusive, elogiei a postura do Deputado Edvaldo Magalhães, como Líder do Governo, de dizer que se o Governador Jorge Viana continua tendo essa relação com o Parlamento, de brincadeira, nós todos tomaremos a seguinte posição: nós não vamos apresentar nenhuma Emenda. Como o Governo não explica bem, mas ele tem os meios de comunicação a sua disposição, ele pode dizer para população como são apresentadas as Emendas e para que são destinadas, pois a população acha que isso é mais dinheiro para os Deputados. Então, eu queria dizer ao

Deputado Edvaldo Magalhães, que sua postura foi muito boa.

Para aqueles que nos assistem, as Emendas que são apresentadas são no valor de R\$ 50 mil. Todo ano eu passo vergonha ao apresentar Emenda para a comunidade Arco-íris, para Musicalizar, porém este ano apresentarei Emendas no valor de R\$ 5 mil para o Conselho Tutelar de Sena Madureira, de R\$ 20 mil para Musicalizar e R\$ 25 mil para a comunidade Arco-íris.

Eu espero, meu Líder Juarez, que a gente não passe de novo essa vergonha. Eu fico vendo o empenho dos Deputados Federais, dos Senadores com relação às Emendas, principalmente o Senador Tião Viana. E do Alto ao Baixo Acre, nós sabemos das Emendas do Senador Tião Viana, irmão daquele que Governa o Estado. Participo de todas as comemorações, inaugurações, assinaturas de convênio e nunca ouvi o Governo dizer assim: essa Emenda é de autoria da Deputada Perpétua. Nunca. Pelo contrário. Eu só vejo a Imprensa dizer que a Deputada não colocou nada para Rio Branco. A mesma coisa é em relação ao Deputado Nilson Mourão. Agora as do Senador Tião Viana sempre são divulgadas.

O que eu acho, sinceramente, é que nós deveríamos ser respeitados. O Deputado Polanco está dizendo que se o meu nome não fosse Naluh Gouveia, talvez eu tivesse algumas Emendas aprovadas. Mas o meu nome é esse. E Gouveia atualmente é um problema na Assembléia Legislativa, o Deputado José Luis que o diga. Esse foi o nome dado pela minha família e tem muita gente boa na minha família, gosto muito de alguns tios, são pessoas respeitadas, de alta índole, como é o caso do meu tio Etevaldo Gouveia e muitos outros, meu próprio pai que é um trabalhador da roça. Então, eu me sinto muito feliz.

Eu acho que a atitude da Assembléia Legislativa foi uma atitude muito boa só espero que o nosso Líder Edvaldo Magalhães marque a reunião com o Governador.

Por último, Senhor Presidente, eu queria pedir à Mesa Diretora que marque a audiência com o Secretário de Segurança Pública e o Comandante da Polícia Militar, para que possamos tratar da questão dos PMs voluntários. Até hoje esses PMs não receberam seu ticket alimentação, o qual constava no edital do concurso. Isso é um problema sério, que desgasta o Governo desnecessariamente. Não consigo compreender o que passa nas cabeças do Secretário de Segurança Pública e do Comandante da PM para divulgarem um edital afirmando que vão pagar alimentação para os PMs voluntários e depois não cumprem o que prometeram.

Por último, gostaria de registrar a presença do Senhor Juraci, Vereador eleito no último pleito e do Senhor Almeida Prefeito de Manuel Urbano. Sintam-se em casa.

(Sem revisão do orador)

Diversos

ESTADO DO ACRE ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 015/2004

CONTRATANTE - ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE

CONTRATADA - JAILSON ORBEM MICHELS (ME)

OBJETO - SERVIÇOS DE XEROX-CÓPIA

VIGÊNCIA - 01 DE NOVEMBRO DE 2004 a 31 DE OUTUBRO DE 2005

VALOR UNIT. - R\$0,13 (TREZE CENTAVOS POR CÓPIA)

SIGNATÁRIOS - Pela Assembléia : Deputado SÉRGIO OLIVEIRA - Presidente

Deputado RONALD POLANCO - 1ºSecretário

Deputado MOISÉS DINIZ - 2º Secretário

- Pela Empresa : JAILSON ORBEM MICHELS - Titular

Ata da 77ª Sessão Ordinária Deliberativa da Segunda Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura.

Realizada em 11 de novembro de 2004.

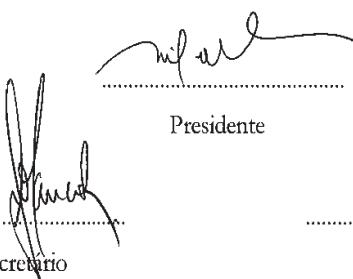
Presidência: Deputado Sérgio Oliveira

Secretaria: Deputado Francisco Viga

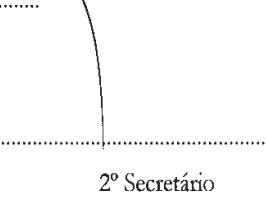
Às dez horas e quinze minutos, sob a Presidência do Deputado Sérgio Oliveira, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, Secretariada pelo Deputado Francisco Viga, Secretário, em exercício, presentes os Deputados Naluh Gouveia, Pe. Valmir Figueiredo, Ronald Polanco e Taumaturgo Lima, do Partido dos Trabalhadores – PT; Edvaldo Magalhães e Moisés Diniz, do Bloco Popular Mobilizador – BPM; José Luís, do Bloco Socialista Cristão – BSC; Roberto Filho, do Bloco Liberal Trabalhista – BLT; Antonia Sales, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; Luiz Gonzaga e Helder Paiva, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; José Bestene, do Partido Progressista – PP; Nogueira Lima, do Partido Social Cristão – PSC; ausentes os Deputados Juarez Leitão, Elson Santiago, Delorgem Campos, Hélio Lopes, Nilson Areal, Chagas Romão, José Vieira, Luiz Calixto e Tarésio Medeiros, foram abertos os trabalhos da presente Sessão. Lida a Ata da Sessão anterior foi a mesma aprovada sem restrições. O Expediente do Dia constou de: Ofício N. 262/CHC/2004, do Chefe de Cartório da 1ª Zona Eleitoral, Francisco das Chagas dos Reis Araújo, informando que o Senhor Winkler Oliveira Collyer teve seu pedido de registro de candidatura ao cargo de vereador de Rio Branco nas eleições de 3 de outubro de 2004, não conhecido por aquele Juízo; Ofício N. 625/GDPG/2004, da Defensora Pública Geral, itinerante, Angélica Maria Silveira Gouveia Lopes, enviando Ficha de Freqüência da servidora Maria Miranir Correia Matos, ora prestando serviços na Defensoria Pública do Estado do Acre, na Comarca de Plácido-AC, relativa ao mês de outubro/2004; Indicação N. 115/2004, do Deputado Moisés Diniz, encaminhando Anteprojeto de Lei, ao Governador do Estado do Acre, com a finalidade de instituir o ICMS Indígena a arrecadação proporcional deste tributo para as aldeias indígenas, sob controle do Conselho Estadual Indígena e dá outras providências. Aberto o Pequeno Expediente, usaram da palavra os

Deputados **Naluh Gouveia**, do PT; **Taumaturgo Lima**, do PT; **Edvaldo Magalhães**, Líder do Governo; **Moisés Diniz**, do BPM; **Nogueira Lima**, Líder do PSC; **Helder Paiva**, do PSDB. Aberto o **Grande Expediente**, usaram da palavra os Deputados **Nogueira Lima**, Líder do PSC; **Ronald Polanco**, do PT, que foi aparteado pelos Deputados Taumaturgo Lima, Naluh Gouveia e Nogueira Lima; **José Luís**, Líder do BSC; **Antônia Sales**, Líder do PMDB. Aberta a **Ordem do Dia**, o Senhor Secretário procedeu à leitura do **Requerimento N. 108/2004**, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, solicitando seja convidada a Secretaria Municipal de Saúde a comparecer a esta Casa Legislativa para tratar questões referentes a Dengue. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 12 (doze) votos. O Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, comunicou ao plenário que a Mesa tomaria as devidas providências. O Senhor Secretário procedeu à leitura do **Requerimento N. 109/2004**, de autoria do Deputado Helder Paiva, solicitando ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado – TCE, que preste as seguintes informações: 1. Quais os procedimentos adotados por esta Corte, na tomada das Contas Municipais; 2. Quais os procedimentos adotados e qual a legislação a ser obedecida. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 12 (doze) votos. O Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, comunicou ao plenário que a Mesa tomaria as devidas providências. O Senhor Secretário procedeu à leitura do **Requerimento N. 110/2004**, de autoria do Deputado Helder Paiva, solicitando ao Procurador Chefe do Ministério Público Federal – MPF, cópia do relatório da auditoria realizada na Secretaria de Saúde, do Município de Capixaba. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 12 (doze) votos. O Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, comunicou ao plenário que a Mesa tomaria as devidas providências. O Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, comunicou que conforme encaminhamento feito pelo Deputado Edvaldo Magalhães, e atendendo a reivindicação da Deputada Naluh Gouveia, se encontrava no Salão Azul o Secretário de Saúde, Cassiano Marques, que veio discutir a questão da Dengue em nosso Estado. Em **Questão de Ordem**, a Deputada **Naluh Gouveia**, do PT, perguntou se a Mesa já havia entrado em contato com a Secretaria Municipal de Saúde. O Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, comunicou a Deputada Naluh Gouveia que o seu Requerimento acabara de ser aprovado, mas já tinha feito contato com a Secretaria Municipal e estava aguardando o retorno de sua ligação. Em **Questão de Ordem**, a Deputada **Naluh Gouveia**, do PT, ressaltou que independente do seu Requerimento ter sido aprovado naquela data, havia um acordo de que a Mesa Diretora entraria em contato com a Secretaria Municipal, para que ela viesse no dia 11 de novembro, prestar esclarecimentos a respeito da Dengue em Rio Branco. O Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, comunicou a Deputada Naluh Gouveia que havia os mecanismos regimentais e seu Requerimento acabara de ser aprovado. Porém, havia pedido que ela entrasse em contato com a Secretaria Municipal de Saúde, como fez o Deputado Edvaldo Magalhães com o Secretário Estadual de Saúde. No entanto, ainda não haviam conseguido entrar em contato com a Secretaria Municipal de Saúde, mas estavam tentando. Em **Questão de Ordem**, a Deputada **Naluh Gouveia**, do PT, falou que era muito fácil para o Líder do Governo entrar em contato com o pessoal do Governo, mas ela não tinha nenhuma relação institucional com a Prefeitura. Porém, a assessoria da Mesa, que é muito ágil, deveria ter o número da Secretaria Municipal de

Saúde. O Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, comunicou a Deputada Naluh Gouveia, mais uma vez, que a Mesa estava fazendo contato com a Secretaria e esperava que dessa vez ela tivesse entendido. Em **Questão de Ordem**, a Deputada **Naluh Gouveia**, do PT, respondeu que agora havia entendido, porque só faltava isso. O Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, ressaltou que já havia falado três vezes. Em **Questão de Ordem**, o Deputado **Moisés Diniz**, do BPM, comunicou a Mesa, da qual faz parte, aos Deputados e a Imprensa, que só sairia do Plenário quando a Secretaria Municipal de Saúde ou um representante do Prefeito de Rio Branco chegasse. Dizendo ainda, que poderia, inclusive, almoçar e jantar na Casa, para acabar com a molecagem que estava presenciando. Em **Questão de Ordem**, a Deputada **Naluh Gouveia**, do PT, exigiu respeito, por parte da Mesa, pois isso não era molecagem, tratava-se de vidas humanas e que quem quisesse aparecer que o fizesse de outro jeito, não chamando as pessoas de moleque, porque quem estava falando era uma cidadã, que foi eleita pelo povo. O Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, disse a Deputada Naluh, que em momento algum a Mesa tentou desmoralizá-la, porém, desde o começo da Sessão que a mesma vinha questionando a Mesa e que ele havia lhe respondido com toda educação. Em **Questão de Ordem**, o Deputado **Moisés Diniz**, do BPM, disse que esta Assembléia não iria ser a Casa de quem grita mais alto, ou de quem chora, faz teatro. A Mesa Diretora conversou com o Líder do Governo para que entrasse em contato com os representantes do Governo do Estado e inclusive, eles estavam na Casa. No entanto, a Mesa estava tentando falar com a Secretaria Municipal de Saúde que, como disse a Deputada Naluh, estava com Dengue; e que ele tinha dito que só sairia de Plenário quando a Secretaria ou um representante do Prefeito chegasse. Todavia, quem não tem solidariedade, não tem caráter, porque ele pediu um minuto de silêncio em homenagem a Yasser Ararat, que morreu na madrugada e não pode terminar sua homenagem, porque a Deputada Naluh estava batendo boca com os representantes da Mesa. Disse ainda, que não havia chamado ninguém de moleque, porém fizessem o debate no nível que quisessem. O Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, pediu desculpas aos Deputados por não conceder mais Questão de Ordem e suspendeu a Sessão em respeito ao Secretário de Saúde Cassiano Marques, que se encontrava na Casa. **Pausa**. Reaberta a Sessão e aberta a **Explicação Pessoal**, não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, encerrou a presente Sessão, precisamente, às doze horas e cinqüenta e um minuto, convocando outra para dia e hora regimental. E, para constar eu, *Yasser Ararat, Jardim Rodrigues*, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.


Presidente


1º Secretário


2º Secretário

COMISSÕES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente: Deputado Edvaldo Magalhães (BPM) (PSDB)
Vice-Presidente: Deputado Luiz Gonzaga

TITULARES:
Deputados: Thaumaturgo Lima (PT) Nilson Areal (BLT) José Luís (BSC)

SUPLENTES:
Deputados: Naluh Gouveia (PT) Elson Santiago (BPM) Hélio Lopes (BLT) Francisco Viga (BSC) Helder Paiva (PSDB)

Dia de Reuniões ordinárias: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Presidente: Deputado Helder Paiva (PSDB)
Vice-Presidente: Deputado Francisco Viga (BSC)

TITULARES:
Deputados: Juarez Leitão (PT) Edvaldo Magalhães (BPM) Nilson Areal (BLT)

SUPLENTES:
Deputados: Valmir Figueiredo (PT) Elson Santiago (BPM) Hélio Lopes (BLT) Delorgem Campos (BSC) Luiz Gonzaga (PSDB)

Dia de Reuniões ordinárias: terça-feira 9h

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO

Presidente: Deputado Nilson Areal (BLT)
Vice-Presidente: Deputado Francisco Viga (BSC)

TITULARES:
Deputados: Naluh Gouveia (PT) Elson Santiago (BPM) Helder Paiva (PSDB)

SUPLENTES:
Deputados: Valmir Figueiredo (PT) Edvaldo Magalhães (BPM) Roberto Filho (BLT) José Luis (BSC) Luiz Gonzaga (PSDB)

Dia de Reuniões ordinárias: quarta-feira 9h

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

Presidente: Deputado Elson Santiago (BPM)
Vice-Presidente: Deputado Nogueira Lima (PSC)

TITULARES:
Deputados: Juarez Leitão (PT) Hélio Lopes (BLT) José Vieira (PFL)

SUPLENTES:
Deputados: Thaumaturgo Lima (PT) Edvaldo Magalhães (BPM) Luiz Calixto (PDT) Roberto Filho (BLT) Tarcísio Medeiros (PPS)

Dia de Reuniões ordinárias: quarta-feira 9h

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO AGRÁRIA, FOMENTO, AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Presidente: Deputado Delorgem Campos (BSC)
Vice-Presidente: Deputado Elson Santiago (BPM)

TITULARES:
Deputados: Juarez Leitão (PT) Tarcísio Medeiros (PPS) José Vieira (PFL)

SUPLENTES:
Deputados: Valmir Figueiredo (PT) Edvaldo Magalhães (BPM) José Luis (BSC) José Bestene (PP) Nogueira Lima (PSC)

Dia de Reuniões ordinárias: quarta-feira 9:30hs
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, SAÚDE PÚBLICA, LEGISLAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Presidente: Deputada Naluh Gouveia (PT)
Vice-Presidente: Deputado Chagas Romão (PMDB)

TITULARES:
Deputados: Edvaldo Magalhães (BPM)

Roberto Filho (BLT)
Tarcísio Medeiros (PPS)

SUPLENTES:
Deputados: Taumaturgo Lima (PT) Elson Santiago (BPM) Antônia Sales (PMDB) Roberto Filho (BLT) Luiz Calixto (PDT)

Dia de Reuniões ordinárias: terça-feira 9:30 hs.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Presidente: Deputada Naluh Gouveia (PT)
Vice-Presidente: Deputado Luiz Calixto (PDT)

TITULARES:
Deputados: Edvaldo Magalhães (BPM) Chagas Romão (PMDB) José Bestene (PP)

SUPLENTES:
Deputados: Valmir Figueiredo (PT) Elson Santiago (BPM) Antônia Sales (PMDB) Tarcísio Medeiros (PPS) Nogueira Lima (PSC)

Dia de Reuniões ordinárias: quarta-feira 9:30 hs.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Presidente: Deputado Nogueira Lima (PSC)
Vice-Presidente: Deputado Elson Santiago (BPM)

TITULARES:
Deputados: Taumaturgo Lima (PT) Chagas Romão (PMDB) José Bestene (PP)

SUPLENTES:
Deputados: Naluh Gouveia (PT) Edvaldo Magalhães (BPM) Antônia Sales (PMDB) José Vieira (PFL) Tarcísio Medeiros (PPS)

Dia de Reuniões ordinárias:

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Presidente: Deputado Valmir Figueiredo (PT)
Vice-Presidente: Deputado José Luis (BSC)

TITULARES:
Deputados: Luiz Gonzaga (PSDB) Chagas Romão (PMDB) Elson Santiago (BPM)

SUPLENTES:
Deputados: Juarez Leitão (PT) Edvaldo Magalhães (BPM) Antônia Sales (PMDB) Helder Paiva (PSDB) Delorgem Campos (BSC)

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputada Naluh Gouveia (PT)
Vice-Presidente: Deputado Hélio Lopes (BLT)

TITULARES:
Deputados: Luiz Calixto (PDT) Delorgem Campos (BSC) Juarez Leitão (PT)

Suplentes:
Deputados: Taumaturgo Lima (PT) Valmir Figueiredo (PT) Nogueira Lima (PSC) Francisco Viga (BSC) Nilson Areal (BLT)

DIÁRIO OFICIAL DO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO ACRE

Supervisão Geral:

Secretaria Executiva

Editedo pela:

SUBSECRETARIA DE ATIVIDADES LEGISLATIVAS

Diretor Responsável:

CARLOS AUGUSTO COÉLHO DE FARIAS

Inscrição DRT/AC/Nº03/97

Redator-Chefe:

C.A.C. DE FARIAS

Apóio:

Coordenadoria de Comunicação Social

Composto e impresso na Gráfica Globo Ltda.

Endereço: Av. Ceará - 3.335